

ATOS DE CURRÍCULO SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: UMA EXPERIÊNCIA FREIREANA E CIBERCULTURAL NO GOOGLE JAMBOARD

CURRICULUM ACTS ON SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS: A FREIREAN AND CYBERCULTURAL EXPERIENCE ON GOOGLE JAMBOARD

ACTOS CURRICULARES SOBRE DERECHOS SEXUALES Y REPRODUCTIVOS: UNA EXPERIENCIA FREIREANA Y CIBERCULTURAL EN GOOGLE JAMBOARD

Janaina Rodrigues de Freitas Machado Eduardo

janainaeduardo@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-9297-1263>

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

Edméa Santos

edmeabaiana@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4978-9818>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Neste artigo narramos uma cocriação freireana e cibercultural realizada no Google Jamboard com estudantes secundaristas matriculados em uma escola pública. A atividade é fruto de uma pesquisa de doutoramento que investigou a tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano escolar. O currículo em ato foi forjado nas redes de conversações estabelecidas pelos praticantes *dentrofora* da escola, em atividades presenciais orientadas pela *professorapesquisadora* que, leciona o componente curricular de Biologia e em práticas educativas assíncronas implicadas com os pressupostos da educação online, como a autoria, a interatividade e a colaboração. O escopo teórico-metodológico deste trabalho se fundamenta na concepção freireana de educação e na pesquisa-formação na cibercultura, em diálogo com a teoria feminista interseccional. Os dispositivos utilizados foram o caderno de campo, que permitiu o registro das observações e narrativas dos praticantes e a ficha-roteiro que subsidiou a mediação da produção de dados. Considerando-se a legislação vigente que assegura o direito à educação sexual e saúde reprodutiva e o legado de Paulo Freire em favor da Educação em Direitos Humanos, as práticas educativas que mediamos possibilitaram que os praticantes produzissem coletivamente, um material para *aprendizagemem* de temas relacionados à reprodução humana e prevenção à gravidez e infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids, a partir da ressignificação da proposta curricular oficial da rede de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: direitos sexuais e reprodutivos; Paulo Freire; ciberpesquisa-formação; Google Jamboard.

ABSTRACT

In this article we narrate a Freirean and cybercultural co-creation carried out on Google Jamboard with high school students enrolled in a public school. The activity is the result of doctoral research that investigated the fabric of knowledge on sexual and reproductive rights in everyday school life. The current curriculum was forged in networks of conversations established by practitioners outside the school, in face-to-face activities guided by the teacher-researcher who teaches the biology curricular component and in asynchronous educational practices involved with the assumptions of online education, such as authorship, interactivity and collaboration. The theoretical-methodological scope of this work is based on Freire's conception of education and research-formation in cyberculture, in dialogue with intersectional feminist theory. The devices used were the field diary, which allowed the recording of practitioners' observations and narratives and the script of the conversations that supported the mediation of data production. Considering current legislation that ensures the right to sexual education and reproductive health and Paulo Freire's legacy in favor of Human Rights Education, the educational practices we facilitated allowed practitioners to collectively produce material for learning and teaching topics related to human reproduction and prevention of pregnancy and sexually transmitted infections, such as HIV/Aids, based on the new meaning of the education network's official curriculum proposal.

KEYWORDS: *sexual and reproductive rights; Paulo Freire; Research-formation in cyberculture; Google Jamboard.*

RESUMEN

En este artículo narramos una cocreación freireana y cibercultural realizada en Google Jamboard con estudiantes de secundaria matriculados en una escuela pública. La actividad es resultado de una investigación doctoral que investigó el entramado de conocimientos sobre derechos sexuales y reproductivos en la vida escolar cotidiana. El currículo en acto se forjó en redes de conversaciones establecidas por practicantes fuera de la escuela, en actividades presenciales guiadas por el docente-investigador que imparte el componente curricular de Biología y en prácticas educativas asincrónicas involucradas con los supuestos de educación en línea, como autoría, interactividad y colaboración. El alcance teórico-metodológico de este trabajo se sustenta en la concepción freiriana de educación e investigación-formación en la cibercultura, en diálogo con la teoría feminista interseccional. Los dispositivos utilizados fueron el cuaderno de campo, que permitió registrar las observaciones y narrativas de los practicantes y la hoja de guión que apoyó la mediación de la producción de datos. Considerando la legislación actual que garantiza el derecho a la educación sexual y la salud reproductiva y el legado de Paulo Freire a favor de la Educación en Derechos Humanos, las prácticas educativas que facilitamos permitieron a los profesionales producir colectivamente material para el aprendizaje y la enseñanza de temas relacionados con la reproducción humana y la prevención del embarazo y las infecciones de transmisión sexual, como el VIH/Sida, a partir del nuevo significado de la propuesta curricular oficial de la red educativa.

PALABRAS CLAVE: *derechos sexuales y reproductivos; Paulo Freire; ciberinvestigación-formación; Google Jamboard.*

INTRODUÇÃO

Este artigo foi escrito com base em uma pesquisa de doutoramento desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. No estudo investigamos a tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no cotidiano de uma escola pública localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, com a participação de estudantes matriculados no Ensino Médio.

Os direitos sexuais e reprodutivos figuram no campo dos direitos humanos fundamentais e são assegurados na legislação de várias nações e em documentos oficiais redigidos e ratificados em conferências internacionais instituídas pela Organização das Nações Unidas. Todavia, em face dos diversos conflitos ambientais, políticos e econômicos que observamos na cena contemporânea, a luta em defesa dos direitos humanos é permanente, tendo em vista as tensões sociais e os inúmeros casos de violações no mundo. O Quadro 1, explicita os direitos sexuais e os direitos reprodutivos e contribui na distinção entre eles.

Quadro 1: Direitos sexuais e reprodutivos

DIREITOS SEXUAIS	DIREITOS REPRODUTIVOS
<ul style="list-style-type: none"> - Expressar a sexualidade sem discriminação - Escolher o parceiro - Decidir se deseja ter relação sexual ou não; - Prevenir a gravidez e ISTs - Acessar serviços de saúde gratuitos e com privacidade - Receber educação sexual e reprodutiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Decidir de forma livre e responsável se deseja ter filhos ou não - Escolher a quantidade de filhos que deseja ter e em que momento da vida - Dispor de métodos para ter ou evitar a concepção distribuídos pelo SUS - Exercer a sexualidade e reprodução sem discriminação, imposição ou violência

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de Brasil (2013).

Neste recorte da pesquisa, objetivamos narrar a criação de um material produzido coletivamente, a partir de práticas educativas mediadas em sala de aula e no Google Jamboard com o intuito de favorecer o estudo de temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos no ensino de Biologia. O escopo teórico-metodológico adotado neste trabalho se alinha à concepção de educação freireana¹ e aos pressupostos da ciberpesquisa-formação (Santos, 2019), em diálogo com a teoria feminista interseccional.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este trabalho é fruto de um estudo maior desenvolvido no Colégio Estadual Rio de Janeiro, localizado em Volta Redonda, município da região Sul Fluminense. Considerando-se que, na perspectiva da ciberpesquisa-formação, formamos enquanto também nos formamos, pois, nossos estudos são forjados na práxis docente, o colégio foi escolhido, porque a *professorapesquisadora*², que também assina este artigo, leciona o componente curricular de Biologia na unidade escolar, desde o ano de 2009.

Participaram da pesquisa, 46 estudantes, de 16 a 18 anos de idade, matriculados no 2º ano do Ensino Médio (EM), compreendidos aqui, como praticantes culturais. A escolha considerou que o Currículo Básico adotado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc/RJ) preconiza o ensino de conteúdos relacionados à reprodução humana e prevenção da gravidez e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como o HIV/Aids, nesse nível de escolaridade.

Apesar das pressões políticas e sociais pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM), sancionado em 2017, pelo ex-presidente Michel e sua reestruturação em moldes mais coerentes às demandas do ensino público, democrático, universal e de qualidade, é importante ressaltarmos que os movimentos relacionados ao recorte da pesquisa que ora narramos foram realizados em 2022, com estudantes matriculados na segunda série. Desse modo, em razão da garantia da terminalidade àqueles que ingressaram na rede estadual em 2021, neste trabalho, preponderantemente, seguimos as orientações do Currículo Básico de Biologia da Seeduc/RJ. Isso se deve ao fato de que nas escolas da rede, o NEM e consequentemente, as recomendações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) somente foram oficialmente implantadas no ensino de estudantes que ingressaram no 1º ano do EM, no ano letivo de 2022.

Em Política e Educação, Paulo Freire (2021a, p. 71) argumentou que não “há educação sem conteúdo”, ao mesmo tempo em que ponderou que os educadores não ensinam somente os conteúdos. Os apontamentos feitos pelo educador brasileiro nos ajudaram a compreender que,

Faz parte da importância dos conteúdos a qualidade crítico-epistemológica da posição do educando em face deles. Em outras palavras: por mais fundamentais que sejam os conteúdos, a sua importância efetiva não reside apenas neles, mas na maneira como sejam apreendidos pelos educandos e incorporados à sua prática (Ibidem, p. 100).

¹ Ao ser entrevistada, a professora e escritora Ana Maria Araújo Freire recomendou uso do adjetivo freireano, com a letra “e”, e não freiriano com “i”, conforme o desejo expresso por Paulo Freire ao ser consultado sobre essa questão (Germano, 2006, p. 102).

² Em razão da horizontalidade entre as ciberpesquisas-formação e as pesquisas nos/dos/com o cotidiano, neste artigo, algumas palavras são grafadas juntas e em itálico, devido à compreensão sobre o modo complexo como os conhecimentos são tecidos nas práticas pedagógicas e entendimento de que esses termos não podem ser expressos pela dicotomia inventada pela racionalidade moderna (Alves, 2001).

Na realidade da maioria das escolas brasileiras, excetuando alguns esforços, o desenvolvimento de atividades relacionadas à educação e saúde sexual e reprodutiva, ainda é delegado aos professores que lecionam os componentes curriculares de Ciências e de Biologia (Hassen, 2006). Sendo assim, em consonância com o pensamento freireano, na mediação das ações pedagógicas articuladas ao estudo dos sistemas genitais e endócrino e da reprodução humana acionamos o uso de “ganchos curriculares”.

A estratégia didática possibilitou a discussão de temas que geralmente são menos abordados, como a legislação brasileira acerca da interrupção da gestação e a Lei do “Minuto Seguinte”, levando-se em conta a relevância social das questões e o interesse dos/das praticantes culturais. Na perspectiva adotada, os “ganchos curriculares” funcionaram como disparadores de conversas na mediação da tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no Ensino de Biologia, pois eles são uma estratégia válida, integradora de saberes e que pode legitimar a abordagem de temas menos comuns no cotidiano escolar (Bastos, 2015).

Retomando a questão da seleção dos conteúdos, destacamos o diálogo entre Paulo Freire e o educador estadunidense, Myles Horton (2011), em *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*, mais um “livro falado” publicado pelo educador brasileiro e que floresceu a partir da sua abertura ao encontro e da sua disponibilidade para dialogar com seus pares. Recorremos a essa obra, particularmente, porque em uma conversa sobre a neutralidade, Paulo Freire argumentou com seu interlocutor que, a impossibilidade de bancar nossas escolhas tende a beneficiar a classe dominante e ainda deixou as seguintes provocações: “um professor de Biologia deve saber Biologia, mas é possível ensinar apenas Biologia? O que eu quero saber é se é possível ensinar Biologia sem discutir condições sociais...?” (Ibidem, p. 116).

Na sequência, além de confirmar que um professor de Biologia e de qualquer outro campo do saber precisa das competências para ensinar os conteúdos de sua área, o patrono da educação nacional também ressaltou que, o papel de educadores e educadoras se associa,

Com sua clareza política, com sua coerência e com sua compreensão do próprio processo. Não se trata de saber se o professor de Biologia pode impor aos estudantes suas ideias políticas. [...]. Mas é questão para o professor discutir o tema de uma forma mais ampla e até expressar a sua *escolha*. [...]. É um problema não de ser neutro, mas de como ser diferente (Ibidem, p. 117, Grifos do autor).

No que tange à abordagem dos temas geradores que dispararam as conversas e fizeram brotar o currículo em ato no cotidiano do colégio pesquisado, trazemos a contribuição da professora Guacira Louro (2014) que salienta que a escolha e o uso dos materiais didáticos em si, não garantem boas práticas de educação sexual. Nesse contexto, a autora acena para a importância da produção de sentido nas práticas educativas de educação sexual, considerando-se que, “professoras/es e estudantes carregam de sentido aquilo que leem, o que dizem ouvem e fazem. [...] é preciso questionar sempre não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e os sentidos que os/as nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (Ibidem, p. 140-141).

Nas próximas linhas delinearemos as implicações deste estudo com a teoria feminista interseccional, à medida em que as opressões sexistas são mais perversas com as mulheres pobres e negras, sendo assim, “o foco feminista em direitos reprodutivos é necessário para proteger e sustentar nossa liberdade” (Hooks, 2019a, p. 55). Nesse sentido, a compreensão do feminismo como um movimento político que luta pelo fim de toda opressão sexista, além de contemplar as pautas reivindicatórias de diferentes correntes feministas poderia direcionar

a “nossa atenção para os sistemas de dominação e para as inter-relações entre sexo, raça e opressão de classe” (Hooks, 2019b, p. 65). Acerca da questão da autossuficiência econômica na luta pelo fim da dominação patriarcal, é importante salientarmos que,

A pobreza se tornou uma questão feminina central. Tentativas patriarcais capitalistas da supremacia branca para desmanchar o sistema de assistência social em nossa sociedade privarão mulheres pobres e indigentes do acesso às necessidades mais básicas da vida: abrigo e comida. Na verdade, ao retornar ao lar fundamentado na dominação masculina patriarcal em que homens são provedores é a solução oferecida a mulheres por políticos conservadores, que ignoram a realidade do desemprego em massa – tanto de mulheres quanto de homens -, fato de que simplesmente não há emprego e que vários homens não querem sustentar economicamente mulheres e crianças, mesmo que tenham salário. Não há pauta feminista atual que ofereça às mulheres uma saída – uma maneira de repensar o trabalho. Uma vez que o custo de vida da nossa sociedade é alto, para a maioria dos trabalhadores, incluindo as mulheres, o trabalho não leva à autossuficiência econômica. Ainda assim, autossuficiência é necessária se as mulheres quiserem ser livres para escolher o contrário da dominação masculina, para serem totalmente autorrealizadas (Hooks, 2019a, p. 85- 86).

De certo modo, a relevância da conquista da autossuficiência econômica para a libertação da mulher presente na reflexão acima desnuda que esse tema é atravessado pelos direitos reprodutivos, haja vista a situação de milhões de crianças brasileiras que sequer têm o nome paterno em seu registro de nascimento, sem contar o fato de que, culturalmente, os cuidados do lar e da prole são atribuídos quase exclusivamente à mulher, que tende a abandonar os estudos para constituir o matrimônio e é incentivada a abdicar do trabalho para cuidar dos filhos, nem sempre por escolha, mas por imposições do poder patriarcal, falta de rede de apoio familiar e omissões perpetradas pelo Estado, como a escassez de vagas em creches públicas em horário integral.

Partindo dos pressupostos apresentados, neste trabalho, as atividades, perguntas, dispositivos e seus usos foram pensados como “estratégia e não apenas como programa” para “não subutilizar o potencial das tecnologias digitais” (Santos, 2019, p. 105). Entre os dispositivos³ utilizados na pesquisa destacamos o caderno de campo que, permitiu o registro das observações e narrativas dos/das praticantes e as fichas-roteiro que orientaram a mediação da produção de dados nos círculos ciberculturais, principal dispositivo metodológico da pesquisa. Os círculos ciberculturais foram inspirados pela ideia freireana dos círculos de cultura que, mobilizaram a alfabetização de trabalhadores rurais na década de 1960, nos quais a realidade dos educandos era considerada e as professoras e professores atuavam como “coordenadores de debates” (Freire, 2021b).

No Quadro 2, podemos observar as fichas-roteiro que evidenciam o modo como os encontros foram pensados, a partir da apresentação dos temas geradores, dos disparadores das conversas e dos microdispositivos formacionais utilizados, entendidos aqui, como os artefatos culturais que possibilitaram a mediação tecnológica nos círculos ciberculturais e a tessitura de atos de currículo sobre o estudo de direitos sexuais e reprodutivos no ensino de Biologia.

Considerando-se que, o escopo teórico-metodológico da pesquisa se baseou no pensamento freireano e também, nos fundamentos da ciberpesquisa-formação (Santos, 2019)

³ Em nossos trabalhos acionamos dispositivos metodológicos (ou inteligências pedagógicas) na mediação de situações de aprendizagem e pesquisa que cocriamos com os praticantes culturais nas redes sociotécnicas e digitais estabelecidas.

é conveniente salientarmos que as estratégias que adotamos na mediação dos círculos ciberculturais devem ser compreendidas como subsídios e não de modo prescritivo (Freire, 2021b), em razão da singularidade das ações educativas que orientamos, das especificidades da escola e das particularidades dos/das praticantes.

Quadro 2: Ficha-roteiro com as estratégias de mediação dos círculos ciberculturais

Círculo Cibercultural	Tema Gerador	Disparador	Microdispositivo	Número de praticantes
1º Agosto/2021	Direitos sexuais e reprodutivos	Estatutos da Criança e do Adolescente e da Juventude	WhatsApp	09
2º Agosto/2021	Palavras Geradoras	Pistas do interesse juvenil pela temática (imagens registradas no cotidiano escolar)	Mentimeter	09
3º Setembro/2021	Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência	Índices de gravidez na adolescência nos países da América Latina	Padlet	09
4º Novembro/2021	Violência de gênero	Aumento de casos de violência de gênero na pandemia	Google Meet	26
5º Setembro/2022	Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva	Estudo dos sistemas genitais e endócrino e da reprodução humana	Google Jamboard	46

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Avaliando com criticidade, gostaríamos de adotar somente softwares livres, fáceis de usar, de baixar e gratuitos, entretanto, lamentavelmente, isso nem sempre é possível nas grandes redes públicas de ensino, onde as resoluções não estão ao alcance dos regentes de turma. Embora, os softwares livres possam contribuir para uma educação verdadeiramente democrática, nem sempre podemos decidir qual plataforma adotar. Os contratos firmados entre as gigantes do ramo da tecnologia digital e as grandes redes de ensino, nem sempre observam a precariedade dos laboratórios das escolas, a dificuldade de conectividade, a falta de formação específica do corpo docente, a escassez de recursos tecnológicos dos estudantes e professores das redes públicas, muito menos no período emergencial da pandemia. Por isso, usamos o que era possível e estava à disposição, sem deixarmos de refletir sobre isso, sobre as implicações que isso tem e terá nas práticas educativas e em nossas realidades.

Os três primeiros círculos ciberculturais foram mediados entre agosto e setembro de 2021, ainda no período de ensino emergencial na pandemia, contando com a participação de nove praticantes culturais. No 1º círculo cibercultural mediado no WhatsApp emergiram narrativas sobre os conhecimentos dos/das praticantes acerca dos direitos sexuais e reprodutivos.

Partindo do interesse juvenil pelo tema sexualidade, conforme o paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), na mediação do 2º círculo cibercultural, a *professorapesquisadora* e os/as praticantes mergulharam na busca de palavras geradoras, movimento que possibilitou a cocriação de uma nuvem de palavras no Mentimeter com os termos que emergiram nas conversas. Os dados produzidos na mediação dos dois primeiros círculos ciberculturais foram apresentados no trabalho de Berino e Eduardo (2022).

No 3º círculo cibercultural foi mediada a cocriação de um mural interativo no Padlet, a partir de conversas sobre a Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na escola e os fatores associados aos alarmantes índices de gestações precoces registrados na América Latina, como a violência de gênero e as implicações sociais na vida das jovens. As conversas dispararam a ideia de mediarmos o 4º círculo cibercultural no Google Meet sobre o aumento da violência de gênero na pandemia de covid-19, encontro realizado em novembro de 2021, no retorno ao ensino presencial, ainda que de modo híbrido para os/as praticantes com comorbidades.

A mediação do 4º encontro no Google Meet emergiu da necessidade de conversarmos mais sobre a temática, pois assim, como a gravidez na adolescência tem um forte marcador de raça e classe em nosso país, a violência de gênero também afeta mais as meninas e mulheres negras e pobres. Participaram do quarto círculo cibercultural, 22 estudantes matriculados no 2º ano do E.M., a *professorapesquiadora*, uma professora que leciona o componente de Geografia, um professor que leciona Sociologia e uma pessoa da equipe diretivo-pedagógica. Alguns dados produzidos no 4º círculo cibercultural foram apresentados pelas autoras deste artigo no XVI Simpósio Nacional da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Cibercultura e podem ser consultados no artigo de Santos, Barros e Eduardo (2023).

Neste trabalho, nos dedicaremos precisamente à narração da produção de um material coletivamente criado para *aprenderensinar* conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos, uma experiência freireana e cibercultural mediada presencialmente, nas aulas de Biologia e também, a partir de práticas educativas articuladas aos fundamentos da educação online, no Google Jamboard e na Plataforma Google Classroom.

Convém informarmos que, a pesquisa foi apreciada pelo Comitê de Ética na Pesquisa e aprovada com o Certificado de Apreciação de Aprovação Ética nº. 44200621.6.0000.5609. Desse modo, os/as praticantes culturais e seus responsáveis responderam respectivamente, aos Termos de Assentimento e de Consentimento Livre e Esclarecido, enviados via Formulário do Google, com cópias encaminhadas aos e-mails declarados no preenchimento. Em razão da garantia de sigilo, os praticantes foram mencionados com as letras iniciais de seus nomes.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS E EDUCAÇÃO FREIREANA: UMA CIBERCRIAÇÃO NO GOOGLE JAMBOARD

No terceiro bimestre, o Currículo Básico de Biologia do 2º ano do Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro orienta o estudo da fisiologia do corpo humano, incluindo os sistemas genitais e endócrino, fato que facilitou a discussão de questões inerentes à educação e saúde sexual e reprodutiva no ensino de Biologia. Desse modo, aproveitamos a oportunidade para mediarmos a criação coletiva de uma atividade on-line no Jamboard do Google, intitulada Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva.

A atividade foi postada no Google Classroom (Figura 1), plataforma que possibilitou o envio de orientações aos praticantes da pesquisa. Além disso, considerando-se as contribuições do uso do WhatsApp na mediação dos atos de currículo (Carvalho, 2015), também solicitamos que a *Estudante N.G.*, partilhasse o *link* de acesso à atividade nos grupos das turmas 2002 e 2003. Os *Jams* (quadros) cocriados podem ser acessados integralmente, por meio dos *links* e códigos QR presente na Figura 1.

Como a *professorapesquiadora* estava em sua primeira atuação no Google Jamboard, mediando um grupo de jovens praticantes que, assim como ela, majoritariamente, também utilizavam esse *App-education* pela primeira vez, decidimos que seria pertinente elucidar os

objetivos da atividade no primeiro quadro: pesquisar assuntos relacionados à educação e saúde sexual e reprodutiva e cocriar um material para *aprendizagem* *sino* da temática abordada. Objetivos, diretamente implicados com os fundamentos da educação online, como a autoria, interatividade, colaboração, “explosão” do horário da sala de aula e indissociabilidade da relação *práctateoriaprática* (Santos, 2020). O uso dos *Apps*, abreviatura da palavra inglesa, *applications*, tem sido impulsionado pela ampliação da utilização de *smartphones*, favorecendo o desenvolvimento e a instalação de vários aplicativos “no dispositivo móvel, alguns dos quais são criados de raiz com finalidades pedagógicas para uso na modalidade de aprendizagem móvel (*mobile learning*), daí a designação de *apps-learning* ou *apps-education*” (Santos; Porto, 2019, p. 9).



Figura 1: Postagem da atividade Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva no Google Classroom

Fonte: https://drive.google.com/file/d/1BTn4_QWxHv-0qgdowSzlg1ixrviv-wyq/view?usp=drivesdk
<https://drive.google.com/file/d/1Bfx0IZlxMiC5mV1XUL00-kyIqtL4DU2W/view?usp=drivesdk>

Incentivamos que os/as praticantes abusassem da criatividade e recomendamos que eles adicionassem códigos QR, avatares, etc. e pensassem em diferentes possibilidades estéticas para a personalização da ambiência formacional no Google Jamboard. Como na perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho, educadora e educandos podem criar juntos, interagir e se autorizar, a partir do estabelecimento da relação de horizontalidade, a *professorapesquisadora* mergulhou com os/as estudantes na tessitura, criou o seu avatar e acrescentou um quadro com os seguintes temas geradores: a) Sistema genital masculino; b) Sistema genital feminino; c) Gametogênese e hormônios sexuais; d) Lei do “Minuto Seguinte”; e) Fecundação, nidação e gravidez; f) Gemelaridade; g) Legislação brasileira acerca da interrupção da gestação; h) Métodos contraceptivos distribuídos pelo SUS, e i) Anexos embrionários.

A escolha dos temas considerou o currículo de Biologia, mas também respeitou os interesses das/dos estudantes, sendo assim, é importante destacarmos que os temas interrupção da gestação, gemelaridade e distribuição de métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS) foram sugeridos. O achado da pesquisa é relevante, pois pode evidenciar que as cocriações mediadas na escola e no ciberespaço emergiram do modo como

os/as praticantes do cotidiano escolar ressignificaram a proposta curricular oficial da rede de ensino. Por solicitação dos/das estudantes, os temas acima foram sorteados entre as equipes que se formaram. Por se tratar de uma atividade on-line no Google Jamboard, elaborada de maneira assíncrona e colaborativa, durante a produção de dados, observamos que também seria necessário listar no segundo quadro (subsequente à página de início), as seguintes orientações: a) Não remova as criações dos colegas. Participe, colabore e seja respeitoso; b) Após a escolha das temáticas em sala de aula, junte-se aos seus colegas em rede para cocriarem as páginas da atividade, e c) Nesta atividade cocriaremos alguns quadros e teremos conhecimentos relacionados à educação e saúde sexual e reprodutiva.

A iniciativa mostrou-se pertinente, considerando-se que, os/as praticantes ainda estavam aprendendo a usar os recursos do Google Jamboard, incluindo as opções de edição, duplicação e exclusão. Na Figura 2, destacamos um *jam* (quadro) em processo de criação, onde podemos verificar a utilização do recurso digital denominado “notas adesivas”, uma com a discriminação do tema gerador, “Sistema Genital Masculino”, na cor verde e outra, na cor amarela, com uma pergunta deixada pela *professorapesquisadora*. As estratégias foram adotadas em todos os quadros devido à implicação metodológica deste trabalho com a concepção de educação freireana, problematizadora e os princípios da educação online. À esquerda, no canto inferior, também é possível observarmos a comunicação entre a mediadora e os/as praticantes e a solicitação dos ajustes necessários.

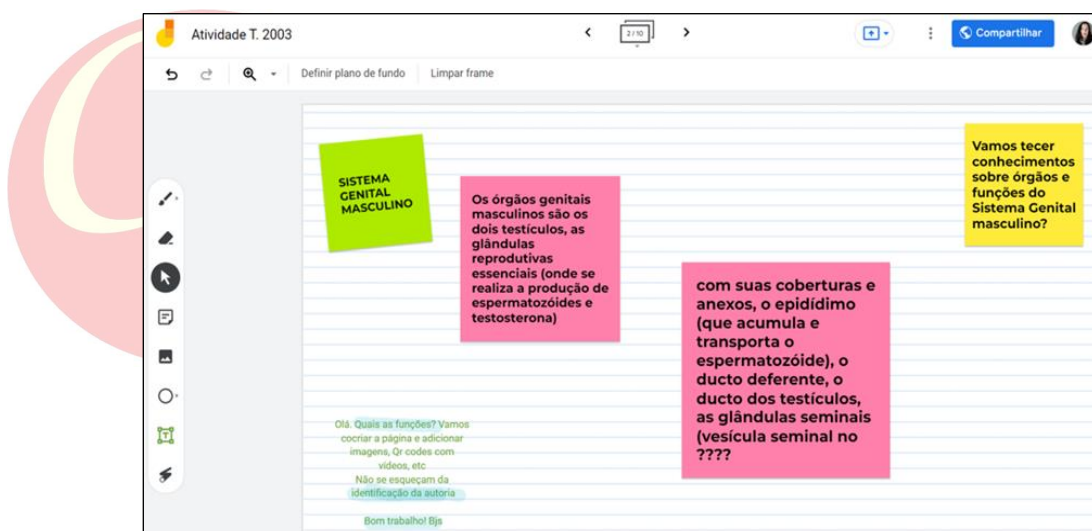


Figura 2: Captura da tela no Google Jamboard na fase de início da atividade

Fonte: Acervo da *professorapesquisadora* (2022).

Na sequência, apresentamos duas telas capturadas na fase de produção de dados (Figuras 3 e 4), enquanto os/as praticantes teciam conhecimentos sobre a legislação acerca da interrupção da gestação no Brasil e a Lei do “Minuto Seguinte”, Lei nº. 12.845/2013, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, que assegura o atendimento emergencial e integral às vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde, como a garantia de assistência multidisciplinar imediata e acesso às profilaxias contra a gravidez e HIV/Aids. As imagens possibilitam a observação das recomendações deixadas aos praticantes, como a solicitação de ajustes e geração de códigos QR produzidos gratuitamente na internet, uma vez que o Google Jamboard não permite a disponibilização de hiperlinks. Também aproveitamos a experiência para solicitar as correções gramaticais e orientar a condução das pesquisas.

No período em que a prática educativa foi mediada no digital em rede e também, em sala de aula emergiram conversas sobre a legislação que versa sobre a interrupção da

gestação, cujas narrativas serão explicitadas a seguir. Em uma aula de Biologia sobre a reprodução humana, o *Estudante Ro.*, comentou que "é favorável nos casos de estupro e deficiência". Achamos interessante que um praticante cultural que se identifica como pessoa do sexo masculino tenha abordado o tema do aborto, porque é importante que os homens ouçam as mulheres, mas também falem entre si e se eduquem conosco acerca dos direitos sexuais e reprodutivos. Todavia, convém salientarmos que, a *professorapesquisadora* informou ao praticante, que a lei em vigor no país não autoriza a interrupção da gestação de bebês com deficiência, mas sim, os casos de anencefalia, estupro e risco de morte materna.



Figura 3: Mediação da atividade on-line

Fonte: Acervo pessoal das autoras (2022).

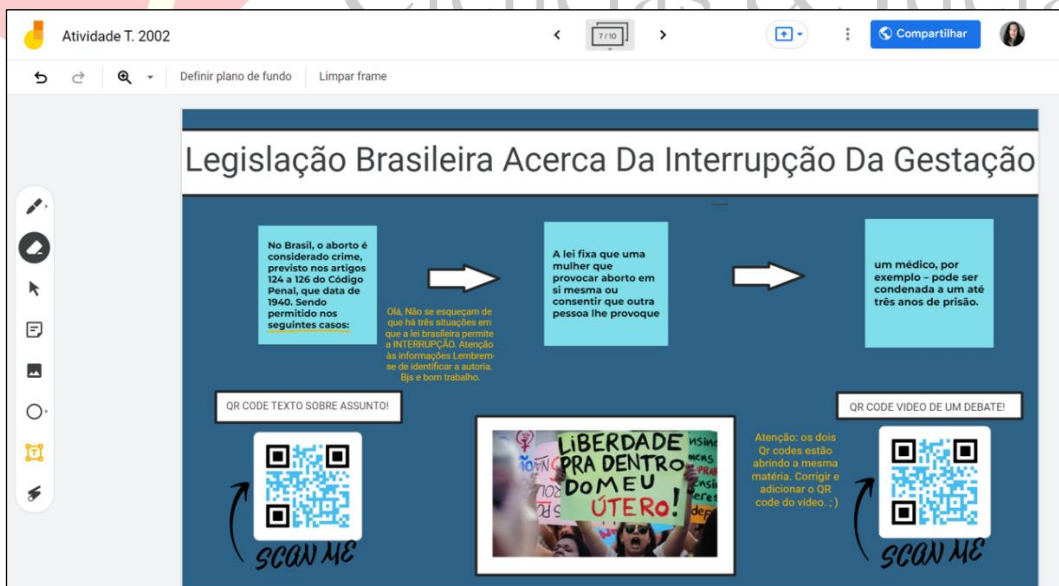


Figura 4: Mediação da cocriação de um *Jam* sobre o aborto legal no Brasil

Fonte: Acervo da *professorapesquisadora* (2022).

A leitura de *Esperança feminista*, de Débora Diniz e Ivone Gebara (2022) trouxe novas nuances e favoreceu a ampliação do nosso entendimento acerca da narrativa do praticante.

Na obra, a professora Débora Diniz, narra as ofensas recebidas por ela no período em que atuou em campo em um ambulatório que pesquisava a malformação em fetos, a tentativa de silenciamento para que deixasse de abordar “temas polêmicos” e a sua demissão da universidade onde lecionava, no ano de 2002. Embora a reivindicação das mulheres acerca do aborto nos casos de malformação do cérebro figurasse em consultórios médicos e tribunais, a situação permaneceu em suspensão por dez anos, já que “a ação sobre a descriminalização do aborto em caso de anencefalia” só foi apreciada definitivamente, pela Suprema Corte brasileira em 2012 (Ibidem, p. 69). No mesmo trabalho, Débora Diniz também destacou o enfretamento das armadilhas do patriarcado, uma vez que as feministas que defendiam a legalização da interrupção da gestação em casos de anencefalia foram acusadas de eugenia, pois como um ardil, “crimes terríveis do patriarcado bélico, racista e imperialista, como a matança de pessoas com deficiência se voltaram contra um punhado de mulheres que buscavam as cortes” (Ibidem, p. 73).

Nas conversas com os/as praticantes do colégio, também consideramos que era pertinente abordarmos o grave problema vivido por meninas e mulheres que cumprem os requisitos legais para o abortamento e são expostas à perseguição por grupos de reacionários e ainda enfrentam o poder da autoridade médica, pois há agentes de saúde que se negam a fazer a interrupção da gestação e colocam obstáculos, mesmo nos casos permitidos.

Nesse sentido, convém mencionarmos que, a presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Rosa Weber colocou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), nº 442, de 2017, que figurava sob a sua relatoria, na pauta de votação. Em 22 de setembro de 2023, a Ministra Rosa Weber, declarou-se favorável à ADPF nº 442/2017, que reivindica a constitucionalidade da interrupção da gestação até 12 semanas. O voto da Ministra Rosa Weber pautado na ideia de que a discriminação do aborto é uma questão de saúde pública e de promoção da justiça de gênero, foi declarado antecipadamente, via plenário virtual, em razão da sua saída da Suprema Corte, tendo em vista a limitação de 75 anos de idade para o exercício de cargo público. O julgamento está suspenso, em razão do pedido de destaque solicitado pelo Ministro Luís Roberto Barroso.

Os dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Aborto – 2021, realizada por Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2023) indicaram que uma em cada sete mulheres brasileiras, acima de 40 anos já realizou pelo menos um aborto e que o abortamento é um fenômeno que geralmente, marca o início da vida reprodutiva das mulheres, pois a maioria das participantes do estudo afirmou que realizou a interrupção da gestação antes dos 20 anos de idade. Ainda segundo os autores, a maioria das mulheres que realizaram um aborto também declararam na pesquisa que professam uma religião, com predominância das religiões de matriz cristã.

Diante do exposto, a declaração favorável da Ministra Rosa Weber, relatora da ADPF nº 442/2017, poderia representar uma conquista em favor dos direitos reprodutivos das mulheres, principalmente, porque a interrupção da gestação de modo seguro é uma questão de saúde pública, com forte marcador de raça e classe no Brasil, pois as mulheres negras e pobres são as maiores vítimas de morte resultante de sequelas de abortamento realizado sem assistência médica.

Dando continuidade à mediação das conversas nas aulas de Biologia, o *Estudante L.*, fez a seguinte pergunta à *professorapesquisadora*: “você é favorável ao aborto”? Em resposta, a mediadora disse que defendia “a descriminalização da prática”, termo que os/as praticantes disseram que não conheciam. Nesse sentido, acreditamos que a questão social que deveria ser debatida na cena contemporânea é se uma mulher deveria ser presa em razão da sua decisão de abortar. Por isso, em complemento, a *professorapesquisadora* argumentou que,

Além de não impedir que os casos ocorram, a criminalização do aborto é um modo de controlar a vida e os corpos das mulheres, sobretudo, as negras, pobres e periféricas, maiores vítimas de morte materna relacionada às sequelas do abortamento sem assistência médica. Mulheres que se arriscam à morte, possivelmente, porque os direitos à educação sexual para poder se informar e à saúde sexual e reprodutiva para poder decidir, também lhes foram negados.

Segundo Jamil Chade (2022, s/p.), em sabatina coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em novembro de 2022, representantes de vários países estiveram em Brasília para pressionar o governo de Jair Bolsonaro a “garantir acesso ao aborto legal, e até mesmo a adotar uma postura de descriminalização do ato”. Em contrapartida, Cristiane Britto, ministra de Família, Mulher e Direitos Humanos, que assumiu no lugar de Damares Silva, que na ocasião se licenciou para concorrer a uma cadeira no Senado, defendia que sua pasta “tinha compromisso inabalável” com os direitos humanos, embora sua posição contra o aborto fosse “inegociável” (Ibidem). Entendemos que existe um impasse, pois enquanto o Governo Federal instaurado naquela ocasião, considerava os protocolos de atendimento ao aborto legal “adequados”, representantes da organização civil e de países estrangeiros apontam que o modelo adotado no Brasil dificulta o acesso de meninas e mulheres ao aborto seguro, mesmo nos casos previstos em nossa legislação (Ibidem).

Para aumentar as tensões, profissionais que garantem a assistência no procedimento de aborto legal são perseguidos por grupos reacionários, ao mesmo tempo em que pesquisas apontam que os prestadores de serviços de saúde são os principais denunciadores de mulheres suspeitas de terem induzido o abortamento. Fato que fere o Código de Ética Médica, no que tange ao direito ao sigilo entre paciente e seu médico, o que inclusive, conta com decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (Sobrinho, 2023). É quase inacreditável pensarmos que um profissional, ao atender uma mulher em risco de morte decida chamar a Polícia Militar e entregar o prontuário, sem autorização, como ocorreu em julho de 2023, no estado de Minas Gerais, quando uma mulher de 21 anos foi denunciada pelo médico que a atendeu, interrogada e algemada no leito hospital e indiciada por tentativa de aborto, homicídio e ocultação de cadáver (Ibidem).

Dando prosseguimento ao relato da experiência, reiteramos que as cocriações dos/das praticantes no Google Jamboard possibilitaram a tessitura conhecimentos relacionados à educação e saúde sexual e reprodutiva, como os sistemas genitais masculino e feminino, conceitos relacionados à fecundação, reprodução, gravidez e contracepção, Lei do “Minuto Seguinte” e profilaxia contra o HIV. As atividades on-line foram elogiadas pela coordenação pedagógica que sugeriu a impressão dos quadros e orientou a elaboração de um mural no pátio do colégio para divulgar as produções. Além disso, a equipe diretivo-pedagógica publicou as criações mediadas no Google Jamboard no perfil do colégio no Instagram. A postagem pode ser acessada por meio do Código QR presente na Figura 5.

Acreditamos que homens e mulheres devem se corresponsabilizar pela contracepção ou pela decisão de ter filhos, por isso, achamos interessante que em uma de nossas conversas nas aulas de Biologia, o *estudante G.C.*, tenha mencionado uma matéria veiculada em um telejornal sobre um anticoncepcional masculino que obteve 99% de eficácia nos testes com camundongos. Segundo o praticante, os testes em humanos seriam iniciados até o final de 2022. A paternidade não deveria ser percebida apenas como obrigação legal, mas “como um direito do homem a participar de todo o processo, desde a decisão de ter ou não filhos, como e quando tê-los, bem como do acompanhamento da gravidez, do parto, do pós-parto e da educação da criança” (Brasil, 2008, p. 16). Desse modo, seria aconselhável o maior envolvimento dos homens na vivência de uma paternidade responsável, na prevenção da

gravidez não planejada e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), compartilhando “com as mulheres as responsabilidades relacionadas à criação dos filhos e à vida doméstica” (Brasil, 2009, p. 6).

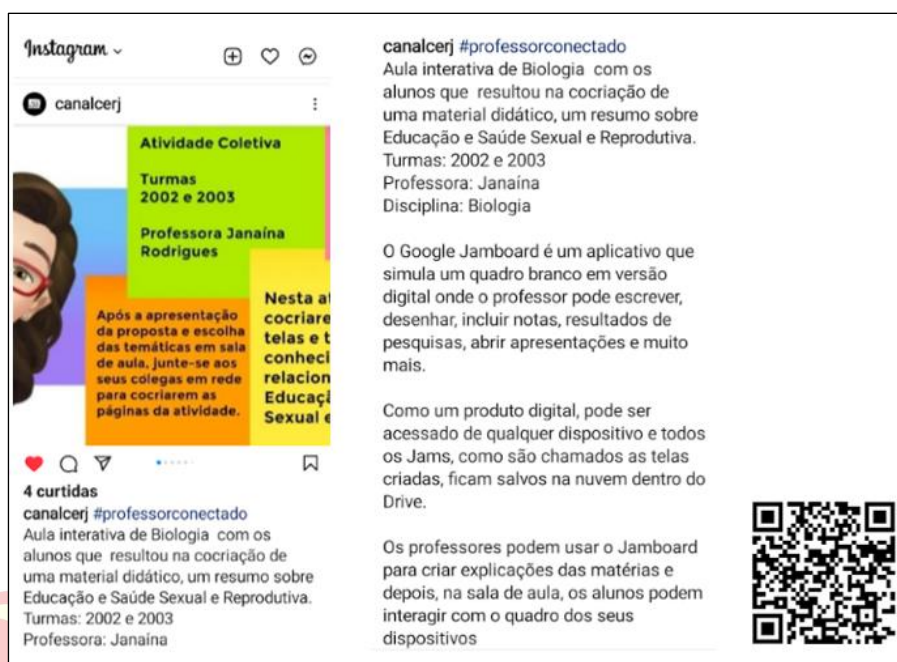


Figura 5: Publicação da experiência no Jamboard no @canalcerj no Instagram (2022)

Fonte: https://www.instagram.com/p/Cj3Tik2ur3C/?igsh=d3l3NmxaXkzYnFu&img_index=1

As narrativas do praticante dispararam conversas sobre diferentes métodos contraceptivos e a eficiência deles. Nesse momento, o *Estudante Ro.*, fez a seguinte pergunta sobre o coito interrompido: “se o cara ao sentir que vai gozar, poderia tirar?”. A *Estudante S.*, disse que “esse método é um dos que apresentam os maiores índices de falha”, informação confirmada pela *professorapesquisadora*, que ressaltou que mesmo antes da ejaculação, o líquido lubrificante liberado pela uretra pode conter alguns espermatozoides.

Na pesquisa realizada com jovens adolescentes do Rio de Janeiro, Stella Taquette, Marília Vilhena e Mariana de Paula (2004, p. 288) indicaram a necessidade de ampliação do debate “em torno da existência de modelos de dominação de gênero”, uma vez que as masculinidades e feminilidades são socialmente construídas com base na supremacia masculina. Como consequência da subordinação de gênero, as jovens que participaram do estudo supracitado, informaram um menor uso do preservativo, por confiança irrestrita ou dificuldades para solicitar o uso ao parceiro. Nesse contexto, por sentirem-se pressionadas, as adolescentes poderiam ceder e se submeter aos riscos de engravidar ou contrair uma IST.

Nesse sentido, a mediação as conversas sobre direitos sexuais e reprodutivos na escola e o desenvolvimento de atividades educativas que discutam as questões de consentimento e corresponsabilidade na adoção de comportamentos sexuais mais seguros, pode ser mais eficiente do que o “bombardeio de informações”, a “pedagogia do medo” e as práticas falocêntricas que reproduzem a colocação do preservativo em vegetais, mas por receio da polêmica ou carência na formação, bloqueiam as conversas, sobretudo com as pessoas que têm pênis, sobre a ansiedade reforçada pela “cobrança” de ter que manter o membro ereto na hora de colocar e de descartar o preservativo e também, sobre a saúde sexual e reprodutiva de jovens lésbicas.

Acerca da centralidade das práticas de educação sexual escolar recaírem sobre a prevenção da Aids e outras ISTs, a partir da “pedagogia do medo” e da disseminação de discursos discriminatórios que podem constranger os sujeitos com orientações sexuais divergentes da heteronormatividade, Guacira Louro (2014, p. 144) ressalta que:

Não há dúvidas de que informações sobre a prevenção desta e de outras doenças precisam, necessariamente, ser divulgadas e integrar as atividades educativas. No entanto, temos de prestar atenção se o cuidado com a manutenção da saúde não está sendo feito de modo a rodear o exercício da sexualidade de uma aura de perigo e de doenças. Particularmente no caso da Aids é importante notar, ainda, o quanto vem se associando a enfermidade a determinadas práticas sexuais, em especial à prática homossexual, e observar os efeitos dessas associações.

No decorrer das conversas, o *Estudante En.* e a *Estudante Ta.*, mencionaram a vasectomia, mas a *Estudante N.P.*, comentou que “o tio dela engravidou a esposa, um ano após realizar a vasectomia”. Por isso, a *professorapesquisadora* comentou que ainda não existe um método contraceptivo infalível e que o único que pode ser considerado 100% eficaz é não ter relações sexuais. Entretanto, a mediadora das conversas entendeu que deveria salientar que “não estava defendendo a abstinência sexual como política pública de educação sexual, porque o direito de se informar e de decidir manter relações sexuais e ter filhos ou não, são direitos humanos”.

Na sequência, os/as praticantes mencionaram dois métodos contraceptivos considerados seguros, distribuídos gratuitamente no SUS: o preservativo, que quando colocado e retirado corretamente tem uma baixa incidência de falha e a pílula hormonal oral que exige acompanhamento regular do médico, precisa ser tomada no mesmo horário e em caso de vômito ou diarreia após a ingestão, vai requerer o uso de preservativo como coadjuvante até o fim do ciclo. Também conversamos sobre o uso de métodos combinados, com acompanhamento médico, como o uso de preservativo e Dispositivo Intrauterino (DIU) ou preservativo e pílula oral, precaução que pode reduzir os índices de gravidez não planejada e o risco de contágio de ISTs e ainda incentivar a corresponsabilidade entre os parceiros.

Durante a discussão, o *Estudante En.* e a *Estudante Ta.*, fizeram questionamentos acerca da castração química e a pena de morte para abusadores. Acerca disso, o *Estudante Ro.*, disse que concordava e acrescentou que “lá na cadeia vão dar cabo do estuprador”. Sobre a pena de morte, a *Estudante N.P.*, afirmou que era “contra porque há casos envolvendo a condenação de inocentes”. Na argumentação conversamos que isso é barbárie, pois uma pessoa apenada, está sob custódia do Estado e tem direito a um julgamento justo. A *professorapesquisadora* ainda comentou que a castração química de agressores sexuais não é uma prática exitosa, pois, a violência não se restringe ao sexo sem consentimento e também envolve questões de exercício de poder sobre outra pessoa. Desse modo, o agressor sexual ainda poderia utilizar qualquer objeto fálico para cometer os abusos.


Em acréscimo, abordamos a política de encarceramento em massa da população negra e as altas taxas de mortes violentas de jovens negros em nosso país. Conversamos sobre as ações policiais abusivas e desastrosas nas periferias e a violação do direito dos jovens à cidade. Nas comunidades vivem cidadãos da classe trabalhadora, algumas vezes apartados da cidade e com dificuldade de acesso à saúde, educação, lazer, trabalho, transporte e habitação. Em relação a essa questão, o *Estudante Ro.*, nos disse que “as pessoas da periferia têm ódio da polícia”. Narrativa que escancara a omissão do Estado e denuncia que os agentes públicos podem atuar de maneira distinta na periferia e nos bairros com maior concentração de riqueza.

Encaminhando para finalização das conversas, o *Estudante Ro.*, revelou para turma o nome do candidato que ele votaria e questionou o posicionamento da *professorapesquisadora*. Apesar do receio de comentar questões relacionadas ao pleito eleitoral de 2022, a mediadora não se esquivou do diálogo, pois freireanamente, devemos falar com os educandos, honestamente. Por isso, considerando-se que, educar é um ato ético e político (Freire, 2011) e a livre manifestação é um direito, a *professorapesquisadora* reafirmou o seu posicionamento em favor da luta e da defesa de uma escola pública, democrática, laica e inclusiva. A leitura de Política e Educação possibilitou a reflexão acerca dessas dimensões na práxis docente e em nossas itinerâncias formativas:

Esta é a tarefa dos professores e das professoras progressistas que estão certos de que têm o dever de ensinar competentemente os conteúdos, mas também estão certos de que, ao fazê-lo, se obrigam a desvelar o mundo da opressão. Nem conteúdo só, nem desvelamento só, como se fosse possível separá-los, mas o desvelamento do mundo opressor através do ensino dos conteúdos. O cumprimento dessa tarefa progressista implica ainda a luta incansável pela escola pública, de um lado, e de outro, o esforço para ocupar o seu espaço no sentido de fazê-la melhor. Esta é uma luta que exige clareza política e competência científica. É por isso que, ao perceber a necessidade de sua competência e de sua permanente atualização o educador e a educadora progressista têm de criar em si mesmos a virtude ou a qualidade da coragem (Freire, 2021a, p. 62-63).

Após a cocriação do material voltado à *aprendizagemensino* de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no Google Jamboard, mediamos a realização de uma atividade on-line no Google Classroom com o intuito de investigarmos o que os/as praticantes tinham para nos contar sobre a experiência que vivenciamos. A seguir, podemos observar as questões propostas pela *professorapesquisadora* no Google Classroom (Quadro 3) e as respostas que alguns estudantes registraram na atividade (Quadro 4).

Quadro 3: Atividade on-line no Google Classroom




 Educação e saúde Sexual e Reprodutiva – Jamboard
Janaina Rodrigues de Freitas Machado • 17 de out. de 2022 (editado: 18 de out. de 2022)
Data de entrega: 25 de out. de 2022, 12:00

Olá.
Finalmente, concluímos as telas no Jamboard que resultaram na cocriação de um material didático (no formato PDF) elaborado a partir da interação e colaboração de todos da turma. Revisei conceitos, sugeri ajustes, conferi os QR codes e colaborei no alinhamento entre conteúdo e espaço. Espero que vocês gostem do resultado. Agora, gostaria que as duplas ou trios contassem (se acharem melhor, somente um integrante poderá responder, desde que registre os nomes de todos os participantes da sua equipe):

- a. Como foi a experiência, o que aprenderam sobre a temática?
- b. Já conheciam o Google Jamboard?
- c. Acharam a atividade atrativa e interessante?
- d. Encontraram alguma dificuldade? Como vocês superaram os desafios relacionados à cocriação das telas? Aguardo as participações. Abraço.

Fonte: Acervo da *professorapesquisadora* (2022).

Quadro 4: O que os/as praticantes acharam da experiência no Jamboard

<i>Estudante G.</i>	Devolvido (Ver histórico)
<p>a. Foi ótima, tivemos o resultado esperado e um bom desenvolvimento em grupo. Aprendemos que os métodos contraceptivos distribuídos pelos SUS são poucos e imprecisos, não sendo totalmente eficazes, porém com uma ótima taxa de acertos logo, toda ação gera uma consequência sendo ela como uma gravidez inesperada ou não.</p> <p>b. Ninguém do grupo tinha conhecimento ou experiência prévia da plataforma.</p> <p>c. Achamos que foi uma atividade incomum. Poucos professores usam recursos tecnológicos como um método de aprendizado. Então foi uma atividade bem legal e interessante.</p> <p>d. Tivemos algumas dificuldades, como a plataforma em si, achamos ela bem complicada de desenvolvimento pois é bem limitada. Ela fornece o que é proposto e só isso, não tivemos o resultado que desejamos por causa da ferramenta. Outra dificuldade que tivemos foi a questão de ser uma atividade online e de múltiplos acessos podendo entrar qualquer pessoa e mexer, e isso foi um problema porque quase perdemos pontos pois alguém tinha mexido e desorganizado, mas foi tudo resolvido porque tínhamos a foto de como deixamos, então a professora reconsiderou. Mesmo passando por tudo isso, superamos através do diálogo e pesquisa, e assim chegamos no resultado final. <i>Estudantes: G, J. e J.C.</i></p> <p>1 comentário particular</p>	
	<p>Janaína Rodrigues de Freitas Machado 27 de out. de 2022</p> <p>Fiquei muito feliz com o seu comentário, que bom fazermos juntos e de um modo interativo, ousado e diferente. Estou sempre aberta ao diálogo, a rever o processo. Não se tratava de pontos, mas 0,2. Fizemos ajustes. Acontece. Há sempre a possibilidade de recuperação do resultado e vocês se superaram e cumpriram os objetivos. Um grande abraço e parabéns.</p>
<i>Estudante N.G.</i>	Devolvido (ver histórico)
<p>a. A experiência foi boa, aprendemos que é importante termos mais conhecimento, saber mais sobre a lei do minuto seguinte, sobre a prevenção ao HIV etc.</p> <p>b. Não.</p> <p>c. Sim, muito vou passar a usar para fazer outros trabalhos.</p> <p>d. Um pouco, mais a partir que fomos mexendo e procurando os lugares certos conseguimos. <i>Estudantes: J.M.S. e N.G.</i></p> <p>1 comentário particular</p>	
	<p>Janaína Rodrigues de Freitas Machado 27 de out de 2022</p> <p>Que bacana! Maravilha ter inspirado o uso do Jamboard em suas próximas criações. Sucesso!</p>
<i>Estudante E.</i>	Devolvido (Ver histórico)
<p>a. A experiência foi divertida. Aprendemos mais sobre o sistema genital feminino.</p> <p>b. Não conhecíamos</p> <p>c. Achamos. O Jamboard é fácil de mexer no computador e divertido de fazer o que precisa.</p> <p>d. A maior dificuldade foi a montagem porque a gente não tinha nenhuma experiência, mas aos poucos eu fui me acostumando e deu tudo certo. <i>Estudantes: E., C. e S.</i></p> <p>1 comentário particular</p>	
	<p>Janaína Rodrigues de Freitas Machado 27 de out. de 2022</p> <p>Obrigada pela participação.</p>

Fonte: Acervo da *professorapesquisadora* (2022).

A atividade desvelou o modo como os/as praticantes desenvolveram suas autorias em rede e se autorizaram, além de evidenciar o que eles/elas acharam dos atos de currículo que mediamos na tessitura de conhecimentos relacionados ao estudo de direitos sexuais e reprodutivos, as táticas adotadas e as dificuldades superadas coletivamente. Embora essa tenha sido a nossa primeira cocriação no Google Jamboard, os/as estudantes consideraram a experiência "incomum", "legal e interessante" e "divertida" e ainda informaram que ela poderia ser acionada em outras ações educativas, na ampliação de repertórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo narramos a mediação de atos de currículos implicados com a tessitura de conhecimentos de direitos sexuais e reprodutivos no ensino de Biologia, presencialmente e em práticas mediadas pelo digital em rede, no Google Jamboard e no Google Classroom. Este trabalho emergiu a partir dos dados produzidos em uma pesquisa de doutoramento realizada com estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Médio em uma escola pública.

Metodologicamente, o estudo se fundamenta no pensamento de Paulo Freire e nos pressupostos da pesquisa-formação na cibercultura, em diálogo com a teoria feminista interseccional. Outros dispositivos usados na pesquisa foram o caderno de campo e a ficharoteiro que orientou a mediação das conversas sobre direitos sexuais e reprodutivos nos círculos ciberculturais, principal dispositivo utilizado na pesquisa e no processo de *aprendizagemensino* da temática abordada.

As mediações resultaram na produção de um material criado coletivamente para favorecer o estudo da reprodução, sistemas genitais e hormônios sexuais e prevenção da gravidez e de IST, a partir do modo como os/as praticantes ressignificaram a proposta curricular oficial de Biologia da rede de ensino. Diante do exposto, é importante ressaltarmos que as ações pedagógicas que acionamos possibilitaram a observação da interatividade, da participação, a colaboração, da autoria, de uma boa distribuição de atividades síncronas e assíncronas e da "explosão" da sala de aula, premissas fundamentais da educação online.

Devido ao comprometimento deste trabalho com os fundamentos da ciberpesquisa-formação, além de não dissociarmos a relação *prácticateoriaprática*, à maneira freireana, pautamos nossas práxis e epistemologias em princípios éticos e políticos de defesa da educação pública e democrática, à abertura dos conteúdos e partilha de saberes em redes. Nesse sentido, apesar de reconhecermos criticamente os limites impostos à atuação docente nas grandes redes de ensino, não é possível aguardarmos que a transformação social se cumpra para somente em seguida começarmos a atuar. Por isso, nos atos de currículo de direitos sexuais e reprodutivos que forjamos na escola e na mediação do digital em rede, mantivemo-nos atentas à importância da seleção dos conteúdos e à necessidade de ensiná-los com criticidade. Mas, decidimos não fazer isso de modo ingênuo e apartado da realidade e da vida política da cidade, do país e do mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. (orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas:** sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP et Alii, 2001. p. 13-38.

BASTOS, F. **"A diretora sabe que você está trabalhando isso na sala de aula?":** diversidade sexual e ensino de ciências. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26508/26508_1.PDF . Acesso em jan. 2023.

BERINO, A.; EDUARDO, J. R. F. M. Direitos sexuais e reprodutivos e Paulo Freire: conversas no WhatsApp e Mentimeter: **Interfaces Científicas - Educação**, 11(3), 64–81, 2022. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/10641> . Acesso em dez. 2022.

BRASIL. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/55249/Desktop/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf . Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à saúde do homem: Princípios e Diretrizes**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, nov. 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf . Acesso em fev. 2022.

BRASIL. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARVALHO, F. S. P. **Atos de Currículo na Educação Online**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10681>. Acesso em out. 2022.

CHADE, J. Na ONU, governos pedem garantias a aborto legal no Brasil. 14 nov. 2022. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/11/14/brasil-omite- crise-e-mortes-na-onu-e-e-pressionado-por-dezenas-de-governos.htm> . Acesso em jul. 2023.

DINIZ, D.; GEBARA, I. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. National Abortion Survey - Brazil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**. 28(6), 2023. p. 1601-1606. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.01892023> . Acesso em set. 2023.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Política e Educação**. FREIRE, A.M.A. (org.). 8 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho de faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GERMANO, M. A. I. R. **Narrativas de idosos sobre a escola: uma leitura Freireana**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba. Sorocaba/SP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniso.br/server/api/core/bitstreams/36b361ea-38db-4b7b->

b74d-2c9760ba0c59/content . Acesso em jan. 2022.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HASSEN, M. N. A. Sexualidade e reprodução: uma abordagem participativa no desenvolvimento de materiais educativos com jovens no Brasil. In: CORNWALL, A.; WELLBOURN, A. (orgs.). **Direitos sexuais e reprodutivos: experiências com abordagens participativas**. Tradução de Roberto Cataldo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006. p. 184-194.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos, 2019a.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

LOURO. G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

SANTOS, E. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? **Revista Docência e Cibercultura**. Notícias, agosto de 2020, online. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119> . Acesso em mar. 2022.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: UDUFPI, 2019.

SANTOS, E.; BARROS, R.S.; EDUARDO, J.R.F.M. **Experiências cyberfeministas na pesquisa-formação na cibercultura**. Anais do XVI Simpósio Nacional da ABCiber, 2023. Universidade Federal de Santa Maria/RS. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber16/paper/view/2339/1133> . Acesso em mai. 2024.

SANTOS, E.; PORTO, C. (orgs.). **App-Education: fundamentos, contextos e práticas luso-brasileiras na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOBRINHO, W. P. Algemada no hospital: médicos ignoram lei e denunciam mulheres que abortam. 07 jul. 2023. **UOL**. São Paulo. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/07/07/aborto-mulher-algemada-medicos-quebram-sigilo-medico.htm> . Acesso em jul. 2023.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M.; PAULA, M. C. Doenças sexualmente transmissíveis e gênero: um estudo transversal com adolescentes no Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 282-290, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WqymPgy8kXChjVF5BYWcgnn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em jul. 2023.